

O pacote finalmente aprovado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O pacote fiscal do governo foi aprovado ontem no Senado às 7h40, recebendo 38 votos sim, sete não e uma abstenção. As 67 emendas apresentadas pelos senadores foram rejeitadas e a proposta encaminhada à sanção presidencial exatamente às 8h51 da manhã. O presidente Sarney telefonou para os líderes da Aliança Democrática agradecendo o esforço e o apoio de senadores do PDT e do PDS que contribuíram com suas presenças e votos para a aprovação do pacote. "Estou meio tonto", desabafou o presidente do Senado, José Fragelli, depois da maratona de mais de 24 horas de sessão contínua.

O senador Itamar Franco (PMDB-MG) tentou, sem êxito, evitar a aprovação do pacote, pedindo verificação de quórum para o substitutivo da Câmara e para as emendas dos senadores. O placar eletrônico registrava, contudo, as presenças de 46 senadores, apesar da saída estratégica de vários pedessistas do plenário.

Quando o dia amanheceu, o clima no interior do plenário era desolador. Os senadores Mário Maia (PMDB-AC) e Alberto Silva (PMDB-PI) dormiam profundamente recostados nas respectivas bancadas. O senador Enéas de Farias (PMDB-PR) abandonou sua elegância habitual e bocejava sem parar, caminhando de um lado para outro nas laterais do Plenário. O senador Lourival Batista (PFL-SE) achou uma forma de fugir do sono: picou papel e jogou dezenas de pedacinhos ao redor de sua cadeira.

A senadora Eunice Michilles (PFL-AM) não descuidou da aparência: deixou de votar o pacote do governo e foi em casa mudar de roupa e retocar a maquiagem. Saiu de vermelho e voltou de branco e verde.



Foto Alencar Monteiro-Telefoto Estado

Os senadores passaram toda a noite discutindo o pacote, que só foi aprovado de manhã

Enquanto isso, o líder do PDS, senador Murilo Badaró, comandava a obstrução fazendo um longo discurso e, apesar do cansaço e da noite indormida, não esqueceu a retórica, usando frases como "label inflamante", "vozes fulgurantes", para condenar a decisão do PMDB de votar o pacote a toque de caixa. No final, ele distribuiu nota da liderança responsabilizando a Aliança Democrática por "todos os danos à economia do País e os males que a malsinada proposição certamente acarretará à grande massa de contribuintes brasileiros".

Por volta das 9 horas da manhã, o Senado aprovou rapidamente o projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade da União pagar royalties aos Estados produtores de petróleo, com voto de louvor do ex-ministro das Minas e Energia, senador César Cals. A matéria foi aprovada com vo-

tos de todos os líderes, inclusive do PDS.

O senador José Fragelli suspendeu a sessão por 15 minutos e todos foram tomar o café da manhã ao lado do Plenário. Entre sanduíches e biscoitos, os senadores comentavam a maratona e pediam a José Fragelli que prolongasse a sessão até o final da pauta. "Se eu sair daqui não volto mais", avisou o senador Lomanto Júnior. "Desgraça pouca é bobagem. Vamos ficar aqui até o fim", completou o líder do PFL, senador Carlos Chiarelli.

Apesar disso, a sessão teve de ser interrompida ao meio-dia, porque não havia mais quórum — 36 senadores — para deliberar sobre as demais questões. A verificação foi solicitada, inicialmente, pelo senador Álvaro Dias (PMDB-RR), que não se conformou com a colocação do pedido de empréstimo para a Prefeitura do Rio

de Janeiro, apresentado no dia anterior, na frente de proposta idêntica do Paraná, solicitado há mais de quatro meses.

Álvaro Dias acabou denunciando o acordo feito na madrugada com o PDT, que condicionou o apoio de seus senadores ao pedido de urgência para a votação do pacote à aprovação do projeto de royalties e de empréstimo à Prefeitura do Rio. "Apesar do apreço que tenho pelo eminente senador Saturnino Braga — disse Álvaro Dias — que assumirá essa Prefeitura nos próximos dias, não posso concordar com a preterição ao mesmo Estado."

José Fragelli explicou que o empréstimo do Paraná seria votado na sessão extraordinária marcada para às 14h30, mas a obstrução continuou e ele foi obrigado a suspender a sessão às 11h55.